

LEMAM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S/A

CNPJ 04.002.395/0001-12

Notas Explicativas em

31 de Dezembro de 2024

## I. Contexto Operacional

A Lemam Construções e Comércio S/A., (“Lemam” ou “Companhia”), nova denominação social, foi constituída em 04 de agosto de 2000, atualmente com sede na Rua Apeninos nº 429, conjunto 302, no bairro Aclimação, na cidade de São Paulo, com registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo JUCESP sob NIRE nº 35300504151, é uma sociedade anônima de capital fechado.

A Lemam Construções e Comércio S/A. tem como atividades econômicas a construção civil em geral; Instalação e manutenção elétrica em geral; Obras de terraplenagem e pavimentação; Demolição, reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres; escoamento e contenção de encostas, inclusive gabiões; Dragagem e desassoreamento; Galerias de águas pluviais; Manutenção preventiva e corretiva em instalações prediais; Manutenção e conservação de jardins, áreas verdes e solos naturais, incluindo sem limitação, a poda de gramas e jardinagem; Negociação de materiais, produtos e equipamentos de aplicação nas áreas de engenharia; Locação de máquinas, veículos e equipamentos; Incorporação e administração de bens; Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais; Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, projetos básicos e projetos executivos relacionados ao objeto da empresa; e, a participação em outras sociedades, seja na condição de acionista, sócia ou quotista, no país ou exterior.

Em 28 de abril de 2017, os sócios deliberaram pela transformação do tipo societário da Lemam, se sociedade empresária limitada, constituída nos termos dos artigos 1.052 e 1.087 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para sociedade anônima, regida pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como sua denominação social e Estatuto Social.

## II. Base para Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições

Demonstrações Financeiras - Lemam Construções e Comércio S/A

contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira tendo como principal objetivo possibilitar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Adicionalmente, foi publicado o CPC PME que é específico e deve ser aplicado às pequenas e médias empresas, por força da Res. CFC 1.255/09.

As referidas alterações foram adequadas para a empresa nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, sendo que as práticas utilizadas até então pela sociedade eram aquelas vigentes até 31.12.2007. Assim, abaixo apresentamos as principais seções aplicáveis:

CPC	Seção	Descrição
CPC PME		Ativo Imobilizado: As depreciações e amortizações do imobilizado devem ser efetuadas com base na vida útil dos bens, todavia, com a adoção a partir do exercício 17 iniciado em 01.01.2010. Deve se levar em consideração, também, o valor residual, o correto método de depreciação e a possibilidade de adoção do deemed cost para o ano de adoção inicial o que não era disposto nas normas brasileiras vigentes no Brasil.
	21	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Necessidade de avaliação da existência de possíveis passivos contingentes com probabilidade de perda, as quais devem ser registradas contabilmente. Já as contingências passivas com possibilidade de perda possível devem ser divulgadas em nota explicativa específica.
	23	Receitas: Avaliação do correto momento de contabilização das receitas levando em consideração a passagem do direito e responsabilidade, sendo que, é prudente implementar controle de cut off de receitas, ou outros procedimentos para assegurar o correto registro contábil.
	27	Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Providenciar o teste de recuperabilidade dos ativos (impairment) levando em consideração as premissas do cálculo, definindo unidade geradora de caixa, premissas orçamentárias, taxa de desconto, dentre outros aspectos aplicáveis.
	29	Tributos sobre o Lucro: Com base no cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social, a empresa deverá avaliar as adições e exclusões de natureza temporária, bem como, prejuízos fiscais. Tendo por base as premissas contidas nessa seção deverão ser registrado o IR CS Diferidos.

### III. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- Apuração dos Resultados

O lucro é apurado pelo regime de competência, com tributação pelo Lucro Presumido, proveniente da prestação de serviços.

Uso de Estimativas Contábeis

As Provisões para Férias e 13º Salário juntamente com os respectivos encargos foram constituídas mensalmente baseados nos valores de salários e cada funcionário.

Os sócios resolveram não constituir a Provisão para Devedores Duvidosos baseado no histórico favorável dos recebimentos.

Moeda Funcional

A moeda utilizada é o Real.

Ativo Circulante e Não-Circulante

Apresentado pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou, no caso de despesas de períodos seguintes, ao custo.

Ativo Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, sendo que as taxas utilizadas são baseadas na legislação tributária vigente, divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

Passivo Circulante e Não-Circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

Instrumentos Financeiros

**1. Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras**

O saldo do caixa se refere a recursos financeiros em espécie utilizados no dia a dia para pagamentos de despesas e reembolsos, os bancos são compostos pelos saldos de

contas correntes e os rendimentos das aplicações financeiras são reconhecidos mensalmente por regime de competência.

## 2. Contas a receber

O saldo de contas receber que compõe o grupo são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sendo composto por duplicatas a receber decorrentes de prestação de serviços e vendas de mercadorias.

## 3. Impostos a recuperar

O grupo é composto por valores que compreendem créditos tributários, cujo detalhamento apresentamos abaixo:

<b>TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
IRRF RETIDO A COMPENSAR	R\$ 505.036,26	R\$ 1.480.855,15
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RETIDO A COMPENSAR	R\$ 13.364,17	R\$ 13.364,17
COFINS RETIDO A COMPENSAR	R\$ 24.280,08	R\$ 24.280,08
PIS RETIDO A COMPENSAR	R\$ 5.260,68	R\$ 5.260,68
INSS A COMPENSAR	R\$ 397.710,22	R\$ 141.821,56
IRRF A RECUPERAR - APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 62.601,22	R\$ 331.182,53
<b>TOTAIS</b>	<b>R\$ 1.008.252,63</b>	<b>R\$ 1.996.764,17</b>

## 4. Participações em Consórcios

A Companhia participa de consórcios operacionais com o objetivo de viabilizar projetos conjuntos, respeitando os princípios de autonomia patrimonial e responsabilidade individual dos consorciados, conforme previsto na legislação vigente.

As atividades desenvolvidas pelos consórcios não possuem personalidade jurídica própria, sendo a contabilização realizada na proporção da participação da Companhia nos ativos, passivos, receitas e despesas, conforme exigido pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto.

Durante o exercício de 2024, a Companhia manteve participação nos seguintes consórcios:

- CONSÓRCIO ENGEFORM / LEMAM - Participação: 50%
- CONSÓRCIO LEMAM / HABITEM - Participação: 60%

- CONSÓRCIO LOPES / KALIL - Participação: 50%
- CONSÓRCIO CONSTRUMEDICI / LEMAM - Participação: 50%
- CONSÓRCIO LOPES / KALIL -LEMAM SCS E UTINGA - Participação: 50%
- CONSÓRCIO LEMAM CONSITEC - Participação: 40%
- CONSÓRCIO GESTÃO SÃO CAETANO - Participação: 50%
- CONSÓRCIO HOSPITAL TATUAPE - Participação: 28%

Os saldos patrimoniais e os resultados das operações conjuntas estão reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, de forma proporcional.

## 5. Investimentos em Controladas e Coligadas

### a. Sociedades em Contas de Participação (SCPs)

As SCPs são constituídas conforme os artigos 991 a 996 do Código Civil, sem personalidade jurídica, sendo compostas por um sócio ostensivo (a Companhia) e um ou mais sócios participantes (ocultos). As SCPs não mantêm relações diretas com terceiros, sendo todas as obrigações contraídas pela sócia ostensiva em nome próprio. Contudo, em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2014, a Companhia passou a realizar a contabilização apartada das SCPs, com registros contábeis segregados por empreendimento, visando evidenciar adequadamente os resultados e a posição patrimonial de cada SCP.

Com isso, os investimentos da Companhia como sócia ostensiva passaram a ser reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial (MEP), com base na participação efetiva no patrimônio líquido de cada SCP.

Durante o exercício de 2024, a Companhia detinha participação nas seguintes SCPs:

- SCP\_29 - Participação: 65,86%
- SCP\_30 - Participação: 75%
- SCP\_31 - Participação: 50%
- SCP\_32 - Participação: 70%
- SCP\_33 - Participação: 50%

Os resultados atribuíveis às SCPs estão refletidos na linha “Resultado de equivalência patrimonial” da demonstração do resultado, conforme previsto no CPC 18 (R2). Os balanços patrimoniais e demonstrações de resultado das SCPs são mantidos separadamente, em conformidade com os princípios da contabilidade.

Demonstrações Financeiras - Lemam Construções e Comércio S/A

#### b. Sociedades de Propósito Específico (SPEs)

As SPEs são entidades com personalidade jurídica própria, criadas com o objetivo de viabilizar projetos específicos ou desenvolver atividades econômicas delimitadas. A Companhia participa dessas sociedades de forma direta, em geral como acionista ou cotista minoritária, com ou sem influência na gestão.

As participações nas SPEs são avaliadas conforme os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2):

- Método da equivalência patrimonial (MEP): quando a Companhia exerce influência significativa ou controle conjunto;
- Custo de aquisição: nos casos em que a Companhia não detém influência significativa.

Em 2024, a Companhia manteve os seguintes investimentos em SPEs:

- SPE\_GER\_22 COTIA SP - Participação: 50%
- SPE\_GER\_MTC 11 - Participação: 50%
- SPE\_LABATUT - Participação: 50%
- SPE\_RUA ROCHA - Participação: 50%
- SPE\_ITAPETININGA - Participação: 50%

As variações decorrentes da equivalência patrimonial foram reconhecidas no resultado do exercício, enquanto os dividendos recebidos foram registrados como redução do valor do investimento, conforme determina o CPC 18 (R2).

#### 6. Imobilizado Líquido

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais de acordo com vida útil dos bens. Temos abaixo os valores de custo histórico, depreciação incorrida e o saldo residual em 31.12.2024 em R\$: 2.346.255,00.

DESCRIÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	ADIÇÃO	BAIXA	DEPREC./ AMORT.	VALOR RESIDUAL
EDIFÍCIOS	R\$ 3.750.000,00			-R\$ 1.403.745,00	R\$ 2.346.255,00
<b>TOTAIS</b>	<b>R\$ 3.750.000,00</b>	-	-	<b>-R\$ 1.403.745,00</b>	<b>R\$ 2.346.255,00</b>

## 7. Fornecedores

Os saldos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

## 8. Impostos e contribuições a recolher

As obrigações tributárias registradas, posição em 31.12.2024, são decorrentes da atividade operacional da empresa, sendo registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
ISS A RECOLHER	-R\$ 2.057.155,48	-R\$ 751.137,38
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER	-R\$ 358.291,70	R\$ -
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER	-R\$ 195.408,53	R\$ -
IRRF A RECOLHER 1708 - 8045	-R\$ 7.100,15	-R\$ 5.497,09
PIS A RECOLHER	-R\$ 268.994,16	-R\$ 2.515,58
COFINS A RECOLHER	-R\$ 1.243.332,19	-R\$ 683.155,65
CRF A RECOLHER	-R\$ 17.956,80	-R\$ 23.212,50
ISS RETIDO A RECOLHER	-R\$ 264.241,53	-R\$ 52.288,89
INSS RETIDO A RECOLHER	R\$ -	-R\$ 87.744,22
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	-R\$ 9.729,18	-R\$ 7.905,16
IRRF A RECOLHER - 0561	-R\$ 24.843,37	-R\$ 27.406,98
IRPJ PROVISÃO	-R\$ 258.834,71	R\$ -
CSLL PROVISÃO	-R\$ 151.321,55	R\$ -
PIS PROVISÃO	-R\$ 89.123,05	R\$ -
COFINS PROVISÃO	-R\$ 411.337,60	R\$ -
PARCELAMENTO ISS	-R\$ 463.091,28	R\$ -
<b>TOTAIS</b>	<b>-R\$ 5.820.761,28</b>	<b>-R\$ 1.640.863,45</b>

## 9. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Este grupo é composto por obrigações com o pessoal, obrigações sociais e provisões de férias e encargos proporcionais, conforme detalhamento abaixo:

<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL</b>	<b>-R\$ 286.519,88</b>	<b>-R\$ 317.591,42</b>
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	-R\$ 264.397,91	-R\$ 314.961,31
RESCISÕES A PAGAR	R\$ -	R\$ -
13º SALÁRIOS A PAGAR	R\$ -	R\$ -
INDENIZAÇÕES A PAGAR	-R\$ 6.111,85	R\$ -
PENSÃO ALIMENTÍCIA A PAGAR	-R\$ 3.388,54	-R\$ 2.630,11
EMPRESTIMOS A PAGAR	-R\$ 12.621,58	R\$ -
FÉRIAS A PAGAR	R\$ -	R\$ -
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>-R\$ 71.963,00</b>	<b>-R\$ 188.459,20</b>
INSS A RECOLHER	R\$ -	-R\$ 57.375,16
FGTS A RECOLHER	-R\$ 71.963,00	-R\$ 131.084,04
<b>PROVISÃO DE FÉRIAS, 13º E ENCARGOS</b>	<b>-R\$ 1.253.824,12</b>	<b>-R\$ 2.508.329,28</b>
PROVISÃO DE FÉRIAS	-R\$ 908.832,43	-R\$ 1.799.072,71
PROVISÃO DE 13º SALÁRIO	R\$ -	R\$ -
PROVISÃO DE ENCARGOS S/ FERIAS	-R\$ 344.991,69	-R\$ 709.256,57
PROVISÃO DE ENCARGOS S/13º SALÁRIO	R\$ -	R\$ -
<b>TOTAIS</b>	<b>-R\$ 1.612.307,00</b>	<b>-R\$ 3.014.379,90</b>

## 10. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 16 de janeiro de 2023 o capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$18.000.000, (dezoito milhões de reais) (R\$8.000.000 em 31 de dezembro de 2022) sendo representado por 18.000.000 (dezoito milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, distribuída aos acionistas na seguinte proporção:

Acionista	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	%	Ações	%
LCC Fundo de Invest. e Particip. Multiestratégia	18.000.000	100,00%	8.000.000	100,00%
Total	18.000.000	100,00%	8.000.000	100,00%

Em 6 de julho de 2017, a LCC Fundo de Investimentos em Participação Multiestratégia passou a ser o único acionista da Companhia.

**b) Reserva legal**

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui reserva legal no montante de R\$ 2.866.368 (R\$ 2.029.006 em 31 de dezembro de 2022).

**c) Reserva de Lucros a realizar**

A reserva de retenção de lucros a realizar tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração da Companhia e distribuição de dividendos futuros. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o montante de R\$33.947.585 (R\$32.015.179 em 31 de dezembro de 2022) de reserva de lucros.

**d) Distribuição de lucros**

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado.

São Paulo, 31 de dezembro de 2024

LEMAM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.

CNPJ: 04.002.395/0001-12